

Brasil

Última Atualização: 27 de Outubro de 2011

Política de Banimento das Minas Terrestres

A República Federativa do Brasil assinou o Tratado para Banir Minas Terrestres em 3 de dezembro de 1997 e o ratificou em 30 de abril de 1999, tornando-se parte deste no dia 1º de outubro de 1999. O Brasil é um ex-produtor, importador e exportador de minas antipessoal. O Brasil cessou sua produção e exportação de minas em 1989. O Brasil nunca usou minas terrestres. Em 2001 foi promulgada lei para impor a proibição nacional de minas anti-pessoais. Em 2011, o Brasil submeteu seu 12º relatório de transparência do artigo 7º do Tratado de Erradicação das Minas Terrestres.

O Brasil completou a destruição de seu estoque de aproximadamente 27.852 minas terrestres em março 2003, a frente do prazo para outubro de 2003, estipulado pelo tratado. Inicialmente, o Brasil manteve 17.000 minas para fins de treinamento, mas este estoque foi reduzido para 10.051 minas no final de 2009.^[1] Em Dezembro de 2010, com a destruição de mais 1.075 minas terrestres, o Brasil reduziu a quantidade de minas mantidas para 8.976. O Brasil declarou sua intenção de manter minas terrestres para fins de treinamento até 2019.^[2]

O Brasil compareceu ao 10º Encontro de Estados Partes do Tratado para Banir Minas Terrestres, em novembro-dezembro de 2010, em Genebra, e nos encontros intersessionais da Comissão Permanente em junho de 2011, também em Genebra.

O Brasil é parte da Convenção sobre Certas Armas Convencionais (CCAC) e de seu Protocolo II sobre minas terrestres. No dia 30 de novembro de 2010, o Brasil aderiu ao Protocolo V da CCAC, sobre explosivos remanescentes de guerra.

Entre maio e julho de 2011, a organização *Human Rights Watch* documentou o uso de minas antipessoal de plástico T-AB-1 produzidas no Brasil pelas forças de Kadafi, em seis locais diferentes na Líbia.^[3] As minas T-AB-1 parecem ser as mais utilizadas pelas forças de Kadafi. Seu baixo teor metálico dificulta sua detecção e, assim, os esforços para remoção desta.^[4] No dia 25 de maio de 2011, a organização Anistia Internacional constatou o uso das minas T-AB-1 em Tammina, no bairro de Misrata.^[5] Houve inúmeras situações de as minas T-AB-1 estarem colocadas juntas com as minas chinesas anti-veículos Tipo-72.^[6] Em julho, relatórios não confirmados das forças rebeldes acusaram as tropas de Kadafi de estarem colocando minas T-AB-1 e Tipo-72SP ao redor das cidades ocidentais, perto da fronteira com a Tunísia, incluindo em Ghazaya, Ruwas, e Kiklah.^[7] As mesmas minas foram encontradas em al-Qawalish, Zintan, Khusha, e ao redor da região montanhosa de Nafusa.^[8]

[1] Relatório do Artigo 7º do Tratado para Banir Minas (ano, 2009), Formulário D.

[2] Relatório do Artigo 7º (ano, 2010), Formulário D e G.

[3] HRW, "Landmines in Libya: Technical Briefing Note," 19 de julho de 2011, www.hrw.org.

[4] O Brasil declarou no Relatório do Artigo 7º que a produção e exportação das minas T-AB-1 cessaram em 1989, antes mesmo do Brasil ser parte do Tratado para Banir Minas Terrestres, em 1997. Não há nenhum registro de exportação dos embarques das minas, porque os registros de exportação de armas são mantidos por no máximo 10 anos. Foi aberta uma investigação nacional sobre as origens e transferências das minas T-AB-1 para Líbia. Encontro da Human Rights Watch com delegados brasileiros no encontro

intersessional da Comissão Permanente do Tratado para Banir Minas Terrestres, Genebra, 27 de Junho de 2011. Em Junho de 2011, a ICBL (Campanha Internacional para Banir Minas Terrestres, sigla em inglês) pediu para o Brasil condenar publicamente o uso de minas anti-pessoais na Líbia e providenciar informações detalhadas sobre a transferência das minas T-AB-1 para este país, incluindo os dados de produção e da transferência, assim como o número de minas exportadas. Até o dia 23 de Setembro de 2011, a ICBL não havia recebido ainda a nenhuma resposta. Carta da ICBL para Antonio de Aguiar Patriota, Ministro de relações Exteriores do Brasil, 13 de Junho de 2011.

[5] Anistia Internacional, “*Libya: Civilians at risk amid new mine threat*,” Comunicado de imprensa, 25 de maio de 2011, www.amnesty.org.

[6] HRW, “*Landmines in Libya: Technical Briefing Note*,” 19 de julho de 2011, www.hrw.org.

[7] “*Land mines slow Libyan rebels’ march toward Tripoli*,” *The Washington Post*, 26 de Julho de 2011, washingtonpost.com.

[8] HRW, “*Landmines in Libya: Technical Briefing Note*,” 19 de julho de 2011, www.hrw.org.